



Zoneamento de Riscos Climáticos da Cultura da Mamoneira no Estado da Paraíba, Referente ao Ano-Safra de 2007/2008

José Américo Bordini do Amaral¹
Madson Tavares Silva²

A mamoneira tem sido cultivada no Nordeste do Brasil principalmente em condições de sequeiro. O Estado da Paraíba foi responsável por cerca de 1% da produção da Região no ano de 2005, valor correspondente a aproximadamente 1,500 mil t de bagas IBGE (2006), cuja área plantada foi de cerca de 1,600 mil ha. A produção atual de óleo do Brasil corresponde a cerca de 50 mil t ano⁻¹ e é obtida, na sua maioria, em pequenas unidades de produção agrícola, de até 15 ha. Estima-se que existam cerca de 250 mil hectares plantados na região Nordeste do país, com produtividades médias inferiores aos 800 kg ha⁻¹ de bagas. As cultivares em uso comercial são adequadas para altitudes entre 300 e 1500 m, temperaturas entre 20 e 30 °C e precipitação acima de 500 mm ano⁻¹, com chuvas concentradas nos 6 primeiros meses.

A mamoneira desenvolve-se e produz bem em vários tipos de solo, com exceção daqueles que apresentam deficiência de drenagem. Solos profundos, com boa drenagem e bem balanceados quanto aos aspectos nutricionais, favorecem o seu desenvolvimento, cujo sistema radicular tem

capacidade de explorar as camadas mais profundas do solo, que normalmente não são atingidas por outras culturas anuais, como soja, milho e feijão, promovendo melhor uso de água.

A mamoneira é exigente em fertilidade, devendo ser cultivada em solos com fertilidade de média a alta, porém, solos com fertilidade muito elevada favorecem o crescimento vegetativo excessivo, prolongando o ciclo e expandindo, consideravelmente, o período de floração. Tanto solos ácidos como alcalinos têm efeito negativo no crescimento e no desenvolvimento das plantas. A cultura prefere solos com pH entre 5 e 6,5, produzindo em solos de pH até 8,0. Por ser uma espécie que, durante os estágios iniciais de desenvolvimento, expõe o solo ao impacto das gotas de chuva, seu cultivo deve ser feito em áreas onde a declividade seja inferior a 12%, obedecendo às técnicas de conservação do solo Amorim Neto et al. (2001).

O excesso de umidade é prejudicial em qualquer período do ciclo da lavoura, sendo mais crítico nos estágios de plântula, maturação e colheita

¹ Eng. Agrôn., D.Sc., da Embrapa Algodão, Rua Osvaldo Cruz, 1143, Centenário, CEP 58107-720, Campina Grande, PB, E-mail: bordini@cnpa.embrapa.br

² Graduando em Meteorologia, Unidade Acadêmica de Ciências Atmosféricas, UFCG, E-mail e estagiário da Embrapa Algodão. E-mail: madson_tavares@hotmail.com

(AZEVEDO et al., 1997). São comuns a queda e a perda de frutos maduros quando ocorrem chuvas fortes (TÁVORA, 1982). Recomenda-se o cultivo em áreas com altitude na faixa de 300 a 1500 m acima do nível do mar (WEISS, 1983). A variação da temperatura deve ser de 20 °C a 30 °C, para que haja produções com valor comercial (CANECCHIO FILHO, 1969; SILVA, 1983) estando a temperatura ótima para planta em torno de 28 °C (TÁVORA, 1982). Temperaturas muito elevadas, superiores a 40 °C, provocam aborto das flores, reversão sexual das flores femininas em masculinas e redução substancial do teor de óleo nas sementes (BELTRÃO; SILVA, 1999). As baixas temperaturas retardam a germinação, prolongando a permanência das sementes no solo, o que favorece o ataque de microorganismos e insetos (TÁVORA, 1982).

A exploração de culturas em áreas não apropriadas, impossibilitando rendimentos satisfatórios, contribui para o mau uso dos recursos naturais como o solo e a água, propiciando sua degradação e/ou a subutilização e pode ocasionar desertificação no semi-árido. A superfície terrestre comporta-se de forma dinâmica, apresentando mudanças que são consequência da ocorrência de fenômenos naturais e/ou de origem antrópica. Devido à necessidade de obtenção de máximo rendimento econômico, utilizando recursos limitados em determinada área, surge a necessidade de planejamento e ordenamento das ações de acordo com as características locais; apresentando-se tecnologias apropriadas que são melhoradas continuamente para poder atender a essas finalidades.

Através de estudos que relacionam a interação solo - planta - atmosfera, é possível definir áreas que apresentam aptidão, viabilizando a exploração agrícola das culturas, ecológica e economicamente. A técnica do zoneamento com base em informações do solo, da planta e do clima possibilita a definição dos ambientes ecologicamente favoráveis para que as culturas potencializem suas características agronômicas, como em seu habitat natural (AMORIM NETO et al., 1999).

Material E Métodos

A definição do risco climático e da época de plantio foi realizada por intermédio de um modelo de

balanço hídrico da cultura, realizado em duas partes. Na primeira, objetivou-se a determinação do balanço hídrico, por intermédio da simulação da época de semeadura, utilizando-se o Sistema de Análise Regional dos Riscos Agroclimáticos, o software SARRAZON (BARON et al., 1996), em seguida, os resultados da simulação foram espacializados pela utilização do software SPRING versão 4.2 (CÂMARA et al., 1996).

Para a identificação dos municípios com aptidão ao cultivo da mamoneira, foram utilizados os seguintes critérios: temperatura média do ar variando entre 20 °C e 30 °C, precipitação igual ou superior a 500 mm no período chuvoso e altitude entre 300 m e 1500 m. Todos os parâmetros foram geo-espacializados por meio de um sistema geográfico de informações, permitindo a geração e cruzamento dos mapas com a malha municipal do Estado, para estimar, em cada município, a área e a porcentagem de ocorrência das diversas classes de aptidão. As definições do risco climático e da época de semeadura foram realizadas por intermédio de um modelo de balanço hídrico da cultura, que exigiu os seguintes dados de entrada:

Variáveis de entrada do modelo:

- Dados diários de chuva - Registrados durante 25 anos em estações pluviométricas disponíveis no Estado da Paraíba. Os dados de precipitação utilizados originam-se do Banco de Dados Hidrometeorológico da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, publicados na série "Dados Pluviométricos Mensais do Nordeste - Paraíba" - (SUDENE, 1990) e dados complementares (UACA, 2006).
- Evapotranspiração real (ET_r) - Foi estimada por uma equação de terceiro grau, proposta por Eagleman (1971), que descreve a evolução da ET_r, em função da evapotranspiração máxima - ET_m e da umidade do solo - HR, expressa como segue na equação(1):

$$ET_r = A + B.HR - C.HR^2 + D.HR^3 \quad (1)$$

em que,

A = 0,732 - 0,05 ET_m, B = 4,97 ET_m - 0,66 ET_m², C = 8,57 ET_m - 1,56 ET_m², D = 4,35 ET_m - 0,88 ET_m² e HR = umidade do solo.

- Evapotranspiração máxima (ET_m) - Foi estimada pela equação (2), conforme Doorenbos e Kassam (1994):

$$ET_m = K_c \times ET_0 \quad (2)$$

- Coeficiente da cultura (k_c) - Corresponde à relação entre a evapotranspiração da cultura (ET_c) e a evapotranspiração de referência (ET₀); os k_c's são determinados por médias decendiais para cada fase e gerados pela interpolação dos dados para o período semanal e para as fases fenológicas definidas por Doorenbos e Kassam (1994) equação (3):

$$K_c = \frac{ET_c}{ET_0} \quad (3)$$

em que:

ET_c é a evapotranspiração da cultura em mm.dia⁻¹;
ET₀ é a evapotranspiração de referência em mm.dia⁻¹, obtida pelo método de Penman-Monteith.

- Evapotranspiração referência (ET₀) - foi estimada pelo método de FAO Penman-Monteith (ALLEN et al., 1998) e calculada para cada dez dias do ano, gerando 36 dados de evapotranspiração, equação (4):

$$ET_0 = \frac{0,408\Delta(Rn - G) + \left(\frac{900U_2}{T + 237}\right)(e_a - e_s)}{\Delta + \gamma(1 + 0,34U_2)} \quad (4)$$

em que :

ET₀ é a evapotranspiração de referência (mm.dia⁻¹);

R_n é o saldo de radiação (MJ.m⁻² dia⁻¹);

G é o fluxo de calor no solo (MJ.m⁻² dia⁻¹);

T é a Temperatura média diária do ar (°C);

U₂ é a velocidade do vento media diária a 2 m de altura (m.s⁻¹);

e_s é a pressão da saturação do vapor média diária (kPa);

e_a = Pressão atual de vapor média diária (kPa);

S = Declividade da curva de pressão de vapor no ponto de T_{med} (kPa °C⁻¹);

γ é o coeficiente psicrométrico (kPa °C⁻¹).

- Ciclo das cultivares - Utilizaram-se cultivares de ciclos precoce, médio e tardio, com porte médio de 1,7 m a 2,0 m de altura em condições de cultivo de sequeiro, de frutos semi-indeiscentes e de sementes grandes, com teor mínimo de óleo de 47%, características das BRS Nordestina e BRS Paraguaçu, de ciclo médio (230 dias). Considerou-se como crítico, o período compreendido entre a floração e o enchimento das bagas (100 dias), o qual está compreendido entre o 60° e o 160° dia.
- Altimetria - Os valores de altitude dos municípios foram oriundos da grade altimétrica (IBGE, 2001), onde os valores são cotados em uma malha de 920 m x 920 m do terreno.
- Capacidade de Água Disponível (CAD) - Determinou-se a CAD, segundo Reichardt (1987), a partir da curva de retenção de água, densidade do solo e profundidade do perfil, pela equação (5):

$$CAD = \left[\frac{(CC - PMP)}{(10 \cdot D_s \cdot h)} \right] \quad (5)$$

em que:

CAD - Capacidade de água disponível no solo (mm m⁻¹);

CC - Capacidade de campo (%);

PMP - Ponto de murchamento permanente (%);

D_s - Densidade do solo (g cm⁻³);

h - Profundidade da camada do solo (cm). Foram estabelecidas duas classes de CAD:

- Tipo 1 - média capacidade de armazenamento de água (CAD = 30 mm);
- Tipo 2 - alta capacidade de armazenamento de água (CAD = 40 mm).

Variáveis de saída do modelo:

- Índice de Satisfação da Necessidade de Água para a cultura (ISNA) - Definido como a relação entre a evapotranspiração real e a evapotranspiração máxima (ET_r/ET_m) ao longo do ciclo, para um determinado ano, numa certa data, num tipo de solo,

para a mamoneira de ciclo médio. Como o ciclo da cultura está dividido em quatro fases fenológicas e a fase de enchimento dos grãos é o período mais determinante da produtividade final, estima-se o valor de ISNA nesta fase. Em seguida, passa-se então para o ano dois, data um, solo um, ciclo médio e, assim, sucessivamente, até o último ano. A partir deste cálculo, estabelece-se a função de frequência do ISNA e seleciona-se a data onde o valor calculado é maior ou igual ao critério de risco adotado ($ISNA > 0,50$), em 80 % dos casos. Os ISNA's foram espacializados pela utilização do software SPRING, versão 4.2 (CÂMARA et al., 1996). Para a caracterização do risco climático obtido ao longo dos períodos de simulações foram estabelecidas três classes de ISNA, conforme Steinmetz et al. (1985):

- $ISNA \geq 0,50$ - a cultura da mamoneira de sequeiro está exposta a um baixo risco climático;
- $0,40 \leq ISNA < 0,50$ - a cultura da mamoneira de sequeiro está exposta a um risco climático médio;
- $ISNA < 0,40$ - a cultura da mamoneira de sequeiro está exposta a um alto risco climático.

Para a espacialização dos resultados, foram adotados os seguintes procedimentos: digitação de arquivo de pontos (em formato ASCII) organizados em três colunas, com latitude, longitude e valores de relação ISNA, com 80% de frequência de ocorrência; transformação das coordenadas geográficas em coordenadas de projeção cartográfica utilizadas (no caso, projeção policônica); leitura do arquivo de pontos; organização das amostras; e geração de uma grade regular (grade retangular, regularmente espaçada de pontos, em que o valor da cota de cada ponto é estimado a partir da interpolação de um número de vizinhos mais próximos). Por se tratar de uma análise bidimensional, na qual as variações de ISNA foram espacializadas em função do tempo, desconsiderando-se os efeitos orográficos, o interpolador escolhido foi aquele que mais se aproximou de um resultado linear.

Resultados e Discussão

Zoneamento de aptidão agroclimática

Dos 223 municípios do Estado, 95 municípios foram considerados aptos ao cultivo da mamoneira e 128 municípios foram classificados como inaptos, correspondendo a 42,60% e 57,39% dos municípios do Estado, respectivamente.

Zoneamento de risco climático

Ainda é observado que agricultura de sequeiro não permite controle da oferta hídrica, o que deixa a atividade com risco de cultivo em períodos inadequados, podendo a safra ser comprometida pelo excesso ou pela escassez de água, acarretando prejuízos aos produtores e aos agentes financiadores da atividade. De acordo com as restrições edafoclimáticas do Estado da Paraíba, a exploração da cultura da mamona em áreas não apropriadas impossibilita rendimentos satisfatórios, além de contribuir para o mau uso do solo e da água, propiciando a degradação e a subutilização dos recursos naturais disponíveis. Segue-se ainda que a indicação da época de semeadura proposta por esse estudo não está necessariamente adequada ao período de chuva, pois a análise é feita ao período de maior necessidade hídrica da planta, que tão longo se insere no intervalo que apresenta a maior incidência pluviométrica do Estado, sabendo que a cultura da mamona resiste ao deficit hídrico no início do cultivo.

Deve-se sempre ter em mente que este zoneamento foi elaborado a partir dos dados disponíveis, referentes aos dados diários de precipitação e decendiais de evapotranspiração. A sensibilidade do modelo não permite a análise dos efeitos orográficos sobre regiões consideradas primeiramente como inaptas. Tendo em vista que a metodologia deste trabalho busca o aprimoramento contínuo ao longo das safras posteriores, tão logo tendo como objetivo definir as regiões nas quais a exploração agrícola da cultura da mamoneira possa se inserir da forma mais produtiva.

As classes de plantio estão inseridas entre os meses de janeiro e abril; foram assim estipuladas considerando os menores riscos climáticos dentro da fase fenológica de maior exigência hídrica. Para a definição das épocas de semeadura com menores riscos climáticos, foram considerados a duração do período chuvoso e o ciclo fenológico da cultura. O período chuvoso dos postos pluviométricos foi definido como aquele que compreende os meses em que ocorrem pelo menos 10% da precipitação total anual.

A definição do período de semeadura foi feita de forma a permitir que a semeadura e o desenvolvimento da planta, desde a germinação até o florescimento, cerca de 90 dias, ocorressem dentro do período chuvoso e que, durante a colheita, a possibilidade de chuvas fosse menor; estabeleceu-se o seguinte critério:

- para períodos chuvosos com duração de quatro meses - o período de semeadura correspondeu ao primeiro mês do período chuvoso.
- para períodos chuvosos com duração de cinco meses - o período de semeadura correspondeu ao primeiro e ao segundo meses do período chuvoso.

Na Figura 1 observa-se o comportamento do parâmetro precipitação pluviométrica média anual no período que se estende de 1963 a 2001 e valores da média pluviométrica no trimestre chuvoso para o período de 1963 a 2001 (Figura 2) no Estado da Paraíba.

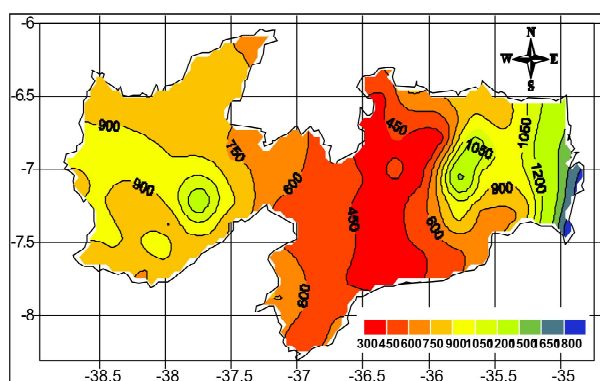


Fig. 1. Média pluviométrica anual no Estado da Paraíba no período de 1963 a 2001.

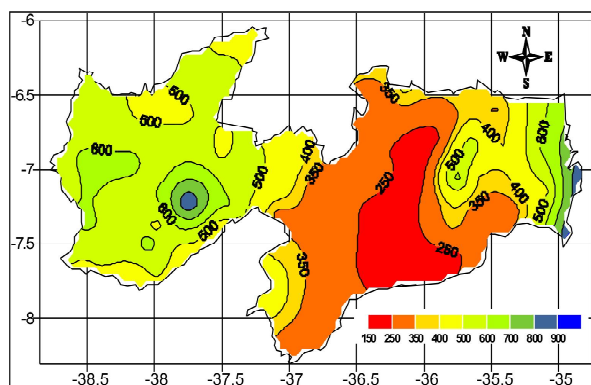


Fig. 2. Média pluviométrica no trimestre chuvoso no Estado da Paraíba no período de 1963 a 2001.

Municípios aptos ao cultivo e períodos indicados para plantio

No mapa (Figura 3) estão inseridos os municípios do Estado da Paraíba, em torno dos quais se encontram as regiões aptas e inaptas ao cultivo da mamoneira.

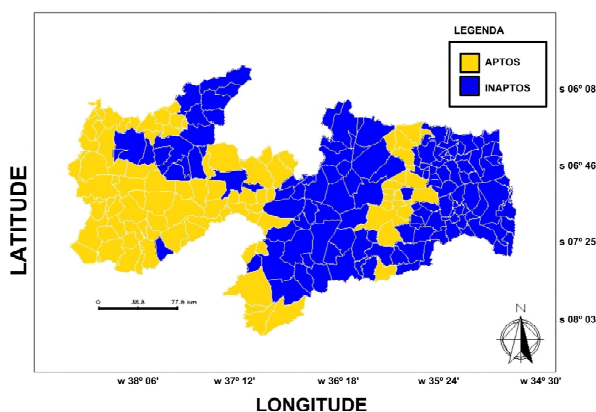


Fig. 3. Mapa dos municípios com aptidão plena ao cultivo da mamoneira no Estado da Paraíba.

Para definição do período de semeadura em cada município com aptidão plena, gerou-se um mapa temático de duração e definição do período chuvoso para posterior tabulação cruzada com a malha municipal do Estado. Da mesma forma, para definição do período de semeadura, usou-se o critério do limite de corte de 20%, quando ocorriam duas ou mais classes em um mesmo município.

Os Solos Tipo 1, de textura arenosa, não foram recomendados para o plantio da mamoneira no Estado, por apresentarem baixa capacidade de retenção de água e alta probabilidade de quebra de rendimento das lavouras por ocorrência de déficit hídrico.

Na Tabela 1 estão listados os municípios do Estado da Paraíba aptos ao cultivo da oleaginosa, suprimidos todos os outros, onde a cultura não é recomendada; foi calculada em dados disponíveis por ocasião da sua elaboração. Se algum município mudou de nome ou foi criado um novo, em razão de emancipação de um daqueles da listagem abaixo, todas as recomendações são idênticas às do município de origem até que nova relação o inclua formalmente.

Tabela 1. Períodos de semeadura indicados para os municípios com aptidão plena ao cultivo da mamoneira no Estado da Paraíba.

Município	Período
Água Branca	janeiro-fevereiro
Aguiar	janeiro-fevereiro
Alagoa Grande	fevereiro-abril
Amparo	janeiro
Arara	fevereiro-abril
Araruna	março-abril
Areia	março-abril
Areia de Baraúnas	janeiro
Areial	fevereiro-abril
Bernardino Batista	janeiro-fevereiro
Boa Ventura	janeiro-fevereiro
Bom Jesus	janeiro-fevereiro
Bom Sucesso	janeiro-fevereiro
Bonito de Santa Fé	janeiro-fevereiro
Brejo dos Santos	janeiro-fevereiro
Cachoeira dos Índios	janeiro
Cacimba de Areia	janeiro-fevereiro
Cacimba de Dentro	março-abril
Cacimbas	janeiro
Cajazeiras	janeiro-fevereiro
Campina Grande	março-maio
Carrapateira	janeiro-fevereiro
Casserengue	fevereiro-março
Catingueira	janeiro-fevereiro
Conceição	janeiro-fevereiro
Coremas	janeiro-fevereiro
Curral Velho	janeiro-fevereiro
Damião	abril

Continua...

Tabela 1. Continuação...

Município	Período
Desterro	janeiro
Diamante	janeiro-fevereiro
Emas	janeiro-fevereiro
Esperança	janeiro-fevereiro
Ibiara	janeiro-fevereiro
Igaracy	janeiro-fevereiro
Imaculada	janeiro-fevereiro
Itaporanga	janeiro-fevereiro
Jericó	janeiro-fevereiro
Juru	janeiro-fevereiro
Lagoa	janeiro-fevereiro
Lagoa Seca	janeiro-fevereiro
Lastro	janeiro-fevereiro
Livramento	janeiro
Mãe d'Água	janeiro-fevereiro
Malta	janeiro-fevereiro
Manaira	janeiro-fevereiro
Massaranduba	fevereiro-abril
Matinhas	fevereiro-abril
Mato Grosso	janeiro-fevereiro
Maturéia	janeiro-fevereiro
Montadas	fevereiro-abril
Monte Horebe	janeiro-fevereiro
Monteiro	janeiro-fevereiro
Nazarezinho	janeiro-fevereiro
Nova Olinda	janeiro-fevereiro
Olho d'Água	janeiro-fevereiro
Ouro Velho	janeiro-fevereiro
Passagem	janeiro
Pedra Branca	janeiro-fevereiro
Piancó	janeiro-fevereiro
Poço Dantas	janeiro-fevereiro
Poço de José de Moura	janeiro-fevereiro
Princesa Isabel	janeiro-fevereiro
Puxinanã	fevereiro-abril
Queimadas	março-abril
Remígio	fevereiro-abril
Riachão	fevereiro-abril
Santa Cecília	janeiro-fevereiro

Continua...

Tabela 1. Continuação...

Município	Período
Santa Cruz	janeiro-fevereiro
Santa Helena	janeiro-fevereiro
Santa Inês	janeiro-fevereiro
Santa Luzia	janeiro
Santa Teresinha	janeiro-fevereiro
Santana de Mangueira	janeiro-fevereiro
Santana dos Garrotes	janeiro-fevereiro
Santarém	janeiro-fevereiro
São Francisco	janeiro-fevereiro
São João do Rio do Peixe	janeiro-fevereiro
São João do Tigre	janeiro-fevereiro
São José da Lagoa Tapada	janeiro-fevereiro
São José de Caiana	janeiro-fevereiro
São José de Espinharas	janeiro-fevereiro
São José de Piranhas	janeiro-fevereiro
São José de Princesa	janeiro-fevereiro
São José do Bonfim	janeiro-fevereiro
São José do Sabugi	janeiro-fevereiro
São Mamede	janeiro-fevereiro
São Sebastião de Lagoa de Roça	fevereiro-abril
São Sebastião do Umbuzeiro	janeiro-fevereiro
Serra Grande	janeiro
Teixeira	janeiro-fevereiro
Triunfo	janeiro-fevereiro
Uiraúna	janeiro-fevereiro
Várzea	janeiro-fevereiro
Vieirópolis	janeiro-fevereiro
Zabelê	janeiro-fevereiro

Conclusões

O Estado da Paraíba apresentou 95 municípios com aptidão edafoclimática para a condução da cultura da mamoneira, dependendo exclusivamente de precipitação pluviométrica na época crítica de condução da cultura, quando a cultura da mamoneira terá suas necessidades hídricas atingidas em pelo menos 80% das vezes no decorrer dos anos de plantio.

Referências Bibliográficas

- ALLEN, R. G.; PEREIRA, L. S.; RAES, D.; SMITH, M. Crop evapotranspiration: guidelines for computing crop water requirements. Rome: FAO, 1998. 300 p. (FAO. Irrigation and Drainage Paper, 56).
- AMORIM NETO, M. da S.; ARAÚJO, A. E. de; BELTRÃO, N. E. de M. Clima e solo. In: AZEVEDO, D. M. P. de; LIMA, E. F. O agronegócio da mamona no Brasil. Embrapa Algodão. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2001. p. 63-76.
- AMORIM NETO, M. da S.; BELTRÃO, N. E. de M.; SILVA, L. C.; ARAÚJO, A. E. de; GOMES, D. C. Zoneamento e época de plantio para mamoneira no Estado da Bahia. Campina Grande: EMBRAPA-CNPA, 1999. 9 p. (EMBRAPA-CNPA. Circular Técnica, 103).
- AZEVEDO, D. M. P. de; LIMA, E. F.; BATISTA, F. A. S.; LIMA, E. F. V. Recomendações técnicas para o cultivo da mamoneira (*Ricinus communis* L.) no Nordeste do Brasil. Campina Grande: EMBRAPA-CNPA, 1997. 52 p. (EMBRAPA - CNPA. Circular Técnica, 25).
- BARON, C.; CLOPES, A. Sistema de análise regional dos riscos agroclimáticos (Sarramet / Sarrazon) Paris: Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento, 1996.
- BELTRÃO, N. E. de M.; SILVA, L. C. Os múltiplos uso do óleo da mamoneira (*Ricinus communis* L.) e a importância do seu cultivo no Brasil. Fibras e Óleos, n. 31, p. 7, 1999.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. Equipe de Pedologia e Fertilidade do Solo (Rio de Janeiro, RJ). Levantamento exploratório: reconhecimento de solos do Estado da Paraíba. Rio de Janeiro, 1972. v. 1-2.
- CÂMARA, G.; SOUZA, R. C. M.; FREITAS, U. M.; GARRIDO, J. SPRING: Integrating remote sensing and GIS by object-oriented data modeling. Computers and Graphics, v. 20, n. 3, p. 395-403, 1996.
- CANECCHIO FILHO, V. Mamona: Quanto mais calor melhor. Guia Rural. 1968/69. p. 176 - 179.

DOORENBOS, J.; KASSAM, A. H. Efeito da água no rendimento das culturas. Campina Grande: UFPB, 1994. 306 p. (Estudos de FAO. Irrigação e Drenagem, 33).

EAGLEMAN, A. M. An experimentaly derived model for actual evapotranspiration. Agricultural Meteorology, Amsterdam, v. 8, n. 4/5, p.385-409, 1971.

IBGE. Produção agrícola municipal. SIDRA - Banco de Dados Agregados. Disponível em: < www.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp. > Acesso em: 5 maio 2006.

IBGE. Malha municipal digital do Brasil - 2001. Rio de Janeiro: DGC/DECAR, 2001. 1 CD-ROM.

PENMAN, H. L. Vegetation and hydrology. Harpenden: Commonwealth Bureau of Seils. 1963, 125 p. (Technical Communication, 53).

REICHARDT, K. O solo como reservatório de água. In: REICHARDT, K. A água em sistemas agrícola, 1987. 27- 69 p.

SILVA, A. da. Mamona: potencialidades agroindustriais do Nordeste brasileiro. Recife: SUDENE -ADR, 1983. 154 p.

STEINMETZ, S. R. F. N., FOREST, F. Evaluation of the climatic risk on upland rice in Brazil, In: STEINMETZ, S. R. F. N., FOREST, F. Colloque "resistence a la secheresse en millieu intertropicale: quelles recherches pour le moyen terme?" Paris: CIRAD, 1985. 43-54 p.

SUDENE. Dados pluviométricos mensais do Nordeste: Paraíba. Recife, 1990. 239 p.

TÁVORA, F. J. A. A cultura da mamona. Fortaleza: EPACE, 1982. 111 p.

UACA. Unidade Acadêmica de Ciências Atmosféricas. UFCG - Banco de Dados Climáticos. Disponível em: < www.dca.ufcg.edu.br/clima.htm. > Acesso em: 10 maio 2006.

WEISS, E. A. Castor. In: WEISS, E. A. Oil seed crops. London: Longman, 1983. p. 31-99.

Comunicado Técnico, 327

Exemplares desta edição podem ser adquiridos na:
Embrapa Algodão
Rua Osvaldo Cruz, 1143 Centenário, CP 174
58107-720 Campina Grande, PB
Fone: (83) 3315 4300 Fax: (83) 3315 4367
e-mail: sac@cnpa.embrapa.br
1ª Edição
Tiragem: 500

**Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento**



Comitê de Publicações

Presidente: Nair Helena Castro Arriel
Secretária Executiva: Nivia Marta Soares Gomes
Membros: Demóstenes Marcos Pedroza de Azevêdo
Everaldo Paulo de Medeiros
Fábio Aquino de Albuquerque
Francisco das Chagas Vidal Neto
João Luiz da Silva Filho
José Wellington dos Santos
Luiz Paulo de Carvalho
Nelson Dias Suassuna

Expedientes: Supervisor Editorial: Nivia Marta Soares Gomes
Revisão de Texto: Nisia Luciano Leão
Tratamento das ilustrações: Oriel Santana Barbosa
Editoração Eletrônica: Oriel Santana Barbosa